

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Castelo de Paiva**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 25.365.064,23 euros e Fundos Próprios de 395.480,55 euros, incluindo um Resultado Líquido Negativo de 570.118,16 euros), a Demonstração dos Resultados, e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 17.211.070,34 euros de despesa paga e um total de 18.322.528,96 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, e o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

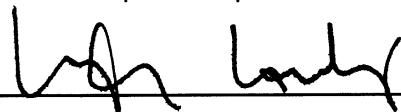
### ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



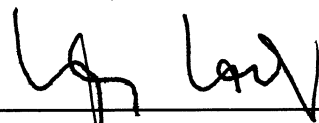
## RESERVAS

7. A aplicação, no exercício, das Normas Técnicas e das Directrizes de Revisão/Auditoria emanadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas foi limitada pelos seguintes aspectos:

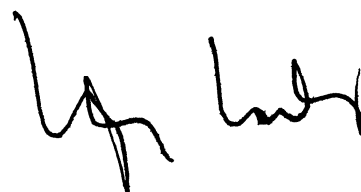
- i. As demonstrações financeiras do ano anterior não foram objecto de revisão legal pelo que não emitimos opinião quanto aos saldos de abertura de 2009. Não existe comparabilidade entre as demonstrações financeiras de 2008 e as demonstrações financeiras de 2009 nas seguintes rubricas: acréscimos e diferimentos, provisões, dívidas a terceiros e resultados transitados;
- ii. O não cumprimento integral dos procedimentos de controlo interno referidos no ponto 2.9 do POCAL, impossibilitou o desenvolvimento das actividades de forma ordenada e eficiente, dificultando 'a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de situações de ilegalidade, erro, a exactidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável';
- iii. A transição dos registos contabilísticos aquando da implementação do POCAL, foi efectuada de forma deficiente, não respeitando integralmente o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, provocando significativas lacunas ao nível do património / situação líquida do Município, pela ausência de um sistema de gestão patrimonial eficiente e fiável, nomeadamente, no que respeita à identificação e valorização dos bens de domínio público e privado;
- iv. Não são relevadas contabilisticamente, nem foi possível aos serviços quantificar, o montante das cauções recebidas por depósitos efectuados directamente pelos fornecedores nas agências da CGD.

8. Do exame que realizámos resultou, ainda, o seguinte:

- i. Da análise da execução orçamental constatámos que foram assumidos compromissos com despesas correntes no valor de 9.192.263,74 euros, tendo sido efectivamente pagos 8.000.5444,72 euros, o que resultou num acréscimo de passivo no exercício no valor de 1.191.719,02 euros, revelando um grau de execução orçamental de 67,57%; foram cobradas receitas brutas correntes no valor de 6.953.021,11 euros, revelando um grau de execução orçamental de 59,00%. O défice entre a despesa e a receita corrente executada, no valor de 1.049.762,61 euros, foi 'coberto' pelas receitas de capital obtidas com a contratação de empréstimos (nomeadamente no âmbito do PREDE), porquanto as receitas de capital, previstas no orçamento, com 'vendas de bens de investimento' e com 'outras receitas' registaram uma execução orçamental residual de 0,4% e 2,4%, respectivamente;
- ii. Foram reconhecidas passivos na esfera patrimonial, com origem em anos anteriores, para as quais não estava prevista cabimentação orçamental, no valor, aproximado, de 2,5 milhões de euros, destacando-se: as dívidas de juros de mora a fornecedores de imobilizado (825 mil euros); as dívidas à Associação de Municípios de Vale do Sousa (750 mil euros); as provisões para riscos e encargos com processos judiciais em curso (815 mil euros); e dívidas à ADSE (60 mil euros);



- iii. O reconhecimento, em anos anteriores e no exercício, de subsídios ao investimento contabilizadas indevidamente como subsídios à exploração, resultou numa sobrevalorização da situação líquida, num montante, estimado, de 2.146.965,24 euros; em contrapartida, a não aplicação do princípio da especialização dos exercícios, impediu o reconhecimento, em anos anteriores e no exercício, de proveitos extraordinários, no montante, estimado, de 1.352.171,37 euros;
- iv. O reconhecimento indevido, em anos anteriores, de juros de mora e de juros de factoring como imobilizado em curso, traduziu-se numa sobreavaliação da situação líquida, no montante, estimado, de 129.001,26 euros;
- v. A não transferência, em tempo útil, de imobilizado em curso para imobilizado definitivo, de edifícios, equipamentos e infra-estruturas já em utilização, traduziu-se numa sobreavaliação da situação líquida por contrapartida de subavaliação de amortizações acumuladas e do exercício, que deveriam ter sido efectuadas, no montante, estimado, de 1.549.423,19 euros;
- vi. O reconhecimento do edifício da Biblioteca Municipal como imobilizado definitivo ocorreu, indevidamente, por contrapartida da conta de resultados transitados, traduzindo-se numa sobrevalorização da conta de imobilizado em curso por contrapartida de uma sobrevalorização da situação líquida, no montante de 958.275,92 euros;
- vii. O Município não reconheceu o débito de juros de fornecedores de imobilizado no montante, aproximado, de 92 mil euros, o que resulta numa subavaliação do passivo e sobreavaliação da situação líquida nesse montante;
- viii. O Município não realiza protocolos com entidades/associações a quem, comparticipa no orçamento da despesa, verificando-se que, por norma, a deliberação para comparticipar no orçamento do ano n-1, dessas entidades, ocorre apenas no ano n e o pagamento prolonga-se até ao ano n+1. Este procedimento viola o princípio da especialização dos exercícios, estimando-se que exista uma subavaliação do passivo por contrapartida de uma sobreavaliação da situação líquida no montante de 190 mil euros;
- ix. Não são registadas contabilisticamente as garantias documentais recebidas e prestadas impossibilitando o completo e correcto preenchimento dos anexos obrigatórios à prestação de contas, evidenciando uma clara subavaliação das contas de ordem e, no caso das garantias prestadas, a não divulgação de responsabilidades contingentes caso estas sejam accionadas;



## OPINIÃO

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo sétimo e excepto quanto aos efeitos das situações descritas no parágrafo oitavo, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Castelo de Paiva** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

## ENFASES

10. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- i. As acções dos processos judiciais em curso totalizam 5.243.499,55 euros (entre capital e juros) de créditos vencidos. De acordo com os critérios definidos pelos serviços, não foi reconhecida qualquer provisão sobre o processo interposto pela 'MARMOIRAL – Investimentos Imobiliários, Lda.', cujo valor da acção é de 4.316.845,83 euros, uma vez que a opinião do causídico responsável pelo processo, coadjuvada pela opinião do responsável pelo Gabinete Jurídico do Município, foi no sentido de a probabilidade de perda ser remota. Contudo, devemos alertar que uma decisão judicial desfavorável coloca o Município numa situação de ruptura financeira.

S. João da Madeira, 23 de Abril de 2010

**Ângelo Couto, Alberto Couto & Carlos Ribeiro, S.R.O.C.**

**Representada por:**

**Ângelo Manuel Oliveira Couto, R.O.C. n.º 590**